



EM REVISTA

EDIÇÃO ELETRÔNICA

Número 3 – OUTUBRO/DEZEMBRO - 2022
SÃO LUIS – MARANHÃO

EDMILSON SANCHES
Diretor de Divulgação

JOSÉ MARCELO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENADOR

A presente obra está sendo publicada sob a forma de coletânea de textos fornecidos voluntariamente por seus autores, com as devidas revisões de forma e conteúdo. Estas colaborações são de exclusiva responsabilidade dos autores sem compensação financeira, mas mantendo seus direitos autorais, segundo a legislação em vigor.

EXPEDIENTE
DIRETORIA DO IHGM GESTÃO 2021-2023

PRESIDENTE	DILERCY ARAGÃO ADLER	
VICE-PRESIDENTE	JOSÉ AUGUSTO SILVA OLIVEIRA	
1º SECRETÁRIO	ASSIR ALVES DA SILVA	
2º SECRETÁRIO	MADALENA MARTINS DE SOUSA NEVES	
1º TESOUREIRO	RAIMUNDO NONATO SERRA CAMPOS FILHO	
2º TESOUREIRO	MARIA GORETTI CAVALCANTE DE CARVALHO	
DIRETOR DE PATRIMONIO	EDNA MARIA DE CARVALHO CHAVES	
DIRETOR DE DIVULGAÇÃO	EDMILSON SANCHES	
CONSELHO FISCAL TITULARES	CRISTIANO DE LIMA VAZ SARDINHA ABIANCI ALVES DE MELO JOSÉ BELLO SALGADO NETO	
CONSELHO FISCAL SUPLENTE	ALDY MELLO DE ARAÚJO FELIPE COSTA CAMARÃO ANA LUIZA ALMEIDA FERRO	

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente – EDMILSON SANCHES (Diretor de Divulgação)

MEMBROS – JOSÉ MARCELO DO ESPÍRITO SANTO (Coordenador)
IRAN DE JESUS RODRIGUES DOS PASSOS
CRISTIANO DE LIMA VAZ SARDINHA (Conselho fiscal)
JOSÉ AUGUSTO SILVA OLIVEIRA (Vice-presidente)

IHGM EM REVISTA

PORTARIA Nº 002 / 2022 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Designa o editor da revista digital “IHGM em Revista” do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Casa de Antônio Lopes e dá outras providências.

A Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Casa de Antônio Lopes, Profa. Dra. Dilercy Aragão Adler, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas regras estatutárias da entidade.

RESOLVE:

Art.2º Designar, como Editor da Revista digital do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Casa de Antônio Lopes, chamada de IHGM em Revista o seguinte sócio:

– Leopoldo Gil Dulcio Vaz.

Art.4º Estabelecer que esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se. Divulgue-se. Cumpra-se.

São Luís, 23 de junho de 2022

Profa. Dra. Dilercy Aragão Adler

Presidente



SUMÁRIO

EXPEDIENTE	
SUMÁRIO	
PALAVRAS DA PRESIDENTE	
DILERCY ADLER	MARIA FIRMINA DOS REIS ENTRE AS ROSAS-DE-JERICÓ E OS PÁSSAROS SANKOFAS
PALAVRAS DO DIRETOR	
ARTIGOS	
SURPRESAS E CONSTATAÇÕES	JOAQUIM HAICKEL
ELIZABETH SOUSA ABRANTES	A INDEPENDÊNCIA NO MARANHÃO: o feriado de 28 de julho entre lembranças e esquecimentos
HISTÓRIA(S) / GEOGRAFIA / CIÊNCIAS AFINS DO/NO MARANHÃO	
WANDA CRISTINA DA CUNHA E SILVA	A PROSA GEOGRAFICAMENTE HUMANA NO HORIZONTE DA POESIA
ERLINDA MARIA BITTENCOURT	HOMENAGEM AO HISTORIADOR CAXIENSE: CÉSAR AUGUSTO MARQUES: 196 ANOS DE SEU NASCIMENTO
ACONTECEU...	
ADMINISTRAÇÃO	

http://issuu.com/leovaz/docs/revista_01_-_1926b

http://issuu.com/leovaz/docs/revista_29_dez_2008

<http://issuu.com/leovaz/docs/ihgm-30>

http://issuu.com/leovaz/docs/ihgm_31_novembro_2009

http://issuu.com/leovaz/docs/revista_ihgm_32_-_mar_o_2010

http://issuu.com/leovaz/docs/revista_33_-_junho_2010

http://issuu.com/leovaz/docs/revista_34_-_setembro_2010

http://issuu.com/leovaz/docs/revista_35_-_dezembro_2010/1

http://issuu.com/leovaz/docs/revista_ihgm_36_-_mar_o_2011b

http://issuu.com/leovaz/docs/revista_ihgm_37_-_junho_2011

http://issuu.com/leovaz/docs/revista_ihgm_38_-_setembro_2011

http://issuu.com/leovaz/docs/revista_ihgm_39_-_dezembro_2011b

http://issuu.com/leovaz/docs/revista_ihgm_40_-_mar_o_2012

[IHGM EM REVISTA, Número 1 - abril a junho 2022 by Leopoldo Gil Dulcio Vaz - Issuu](#)

PALAVRAS DA PRESIDENTE

II Seminário do Grupo de Pesquisas Studia Brasiliensia (que possui, entre seus pesquisadores, professores do Curso de Filosofia do IESMA) tem como tema "Brasileiras: Mulheres de todos os tempos e espaços" e acontecerá entre os dias 6 e 8 de outubro de 2022, virtualmente.

BRASILEIRAS: mulheres de todos os tempos e espaços.



II Seminário Studia Brasiliensia
06 A 08 DE OUTUBRO

Programação

06/10/2022
08h00 às 09h30
Mesa: Mulheres nas Artes e Cultura
Convidadas: Profa. Dra. Iran de Maria (UFMA)
Profa. Dra. Sirlene Mota (UFMA)

10h00 às 11h30
Mesa: Mulheres na Política e Sociedade
Convidadas: Profa. Dra. Elisângela Amorim (UFMA)
Dra. Dilercy Adler (UFMA)

14h às 17h: COMUNICAÇÕES

19h30: CONFERÊNCIA
Convidada: Profa. Dra. Diomar Mota (UFMA)

07/10/2022
08h00 às 09h30
Mesa: Mulheres na Educação
Convidadas: Profa. Rosana Silva Coord. ISEGUN - (Ribeirão Preto-SP)
Profa. Ma. Roberta Flores (UFRGS)

10h00 às 11h30
Mesa: Mulheres nas Ciências e Filosofia
Convidadas: Profa. Dra. Julie Dorrico (Pesquisadora do Grupo de Estudo Teoria Política Contemporânea)
Profa. Ma. Ellen Lima (SEE RJ)

14h - 17h: COMUNICAÇÕES

19h30: CONFERÊNCIA
1. Convidada:
Profa. Dra. Rosa Margarida de C. Rocha (ABPN) e Coord. GEAPS

Transmissão ao vivo pelo YouTube
LAFICS - UFTM

BRASILEIRAS: mulheres de todos os tempos e espaços.



II Seminário Studia Brasiliensia
06 A 08 DE OUTUBRO

08/10/2022
09h00 às 11h00: CONFERÊNCIA
Convidada: Profa. Ma. Luana Passos UNESP/IBILCE
Profa. Ma. Karla Cristina (IEMA)

11h30: ENCERRAMENTO

Para mais informações acesse o site:
<https://sites.google.com/view/studiabrasiliensia>

Organização Studia Brasiliensia CNPq UFTM

Mesa redonda

II SEMINÁRIO STUDIA BRASILIENSIA
BRASILEIRAS: mulheres de todos os tempos e espaços 4/8
06 a 08 de outubro de 2020

Mercado de trabalho feminino: estereótipos, crenças e valores.

Maria Firmina dos Reis, a rosa-de-Jericó: em seu bicentenário de nascimento (1822-2022)

No dia 06/10/22-10h00 às 11h30



Profa. Ma. Jurema Pereira Franco (CEST)



Moderadora
Prof. Ma. Nathalia Gleyce dos Santos Salazar (IESMA /FACAM)



Profa. Dra. Dilercy Adler (UFMA)

@studiabrasiliensia

Transmissão ao vivo pelo YouTube
LAFICS - UFTM

Organização Studia Brasiliensia CNPq UFTM

DILERCY ADLER

MARIA FIRMINA DOS REIS ENTRE AS ROSAS-DE-JERICÓ E OS PÁSSAROS SANKOFAS

Neste texto objetivo homenagear Maria Firmina dos Reis neste seu Bicentenário de nascimento e a Nascimento Morais Filho, neste seu Centenário de nascimento, recorrendo a alegorias no sentido de: utilizar um tema artístico ou figura literária que permite representar uma ideia abstrata por meio de outras formas, podendo estas ser humanas, animais ou objetos.

Assim, inicio esta minha sucinta narrativa servindo-me de uma lenda com ilustrações de amor, renascimento e esperança, então: Contam as “Lendas do Céu e da Terra.”

A Rosa-de-Jericó, também denominada flor-da-ressurreição, por apresentar a propriedade singular de murchar para, depois, tornar a florescer, tem sua origem na história do Cristianismo por uma interessante lenda citada por vários autores:

Ao fugir de Belém com o Menino Jesus, a fim de livrá-lo da hedionda matança ordenada pelo rei Herodes, a Sagrada Família atravessou as planícies de Jericó. Quando a Virgem desceu descuidada do burrinho que montava, surgiu, a seus pés, uma florzinha mimosa e delicada.

Maria sorriu para a pequenina flor, pois compreendeu que ela brotava, radiante, do seio da terra para saudar o Menino Jesus.

Durante a permanência de Cristo na terra, as Rosa-de-Jericó continuaram a florir e a embelezar os campos, mas quando o Salvador foi supliciado e morto, -o termo mais adequado é assassinado na cruz-, todas elas secaram e morreram.

Três dias depois, reza a mesma lenda, quando Cristo ressuscitou, as Rosas-de-Jericó voltaram a florescer e a irradiar suave perfume.

Também é contado que havia, nos antigos desertos de Alexandria no Egito e nos afluentes do Mar Vermelho, uma planta muito curiosa e que também é chamada “rosa”: é a **Rosa-de-Jericó**.

Totalmente diferenciada da rosa que conhecemos, essa planta tem uma propriedade muito curiosa. Durante longos períodos de tempo, essa planta, que vive em regiões desertas, cresce e se reproduz até o ambiente ficar desfavorável a ela. Então, as flores e folhas secas caem, as raízes se soltam e os galhos secos se encolhem, formando uma “bola” e permitindo que o vento a leve para onde quiser.

As **Rosas-de-Jericó** podem ser transportadas quilômetros e quilômetros pelos ventos, vivendo secas, sem uma única gota de água, durante muito tempo, até encontrarem um lugar úmido. Achando umidade, elas fincam as raízes na terra e se abrem, voltando a verdejar!

A **Rosa-de-Jericó** é encontrada no Oriente Médio e na América Central. É possível comprar uma “bola seca” e depois, ajeitando-a num recipiente com um pouco de água, vê-la florescer na sua casa. (<https://pt.aleteia.org/2016/02/17/cultura-crista-voce-conhece-a-exotica-rosa-de-jerico-e-sua-lenda/>).

Essa é a primeira analogia que constitui esta minha fala. No livro “Maria Firmina dos Reis: uma missão de amor” (ADLER, 1917, pp. 65-66), registro:

O ano de 1975, foi o ano de verdejar para Maria Firmina, o marco que eu gostaria de intitular de “o seu ano Rosa de Jericó”. Essa rosa é também chamada de flor-da-ressurreição por sua impressionante capacidade de “voltar à vida.” As Rosas-de-Jericó podem ser transportadas por muitos quilômetros pelos ventos, vivendo secas, sem água, mesmo durante muito tempo, e ao encontrarem um lugar úmido, elas afundam raízes na terra e se abrem, voltando a verdejar!

Vejo muita semelhança entre Maria Firmina e a Rosa de Jericó, senão vejamos: a Rosa de Jericó, tem aparência frágil, mas, concomitantemente demonstra consistente defesa diante da situação adversa, neste caso, ausência total de chuvas. Nesse período as suas folhas caem e seus ramos se contraem, e se curvam para o centro, adquirindo uma forma esférica, capaz de abrigar as sementes e protegê-las da aridez dos desertos. Mesmo frágil e ressequida, ela continua como “peregrina”, devido à quase inexistência das suas raízes, o que facilita o seu deslocamento e como “viajante incansável”, deixa-se levar pelo vento do deserto, que tem a força de arrancá-la do solo e arrastá-la por áreas distantes. Nesse período ela permanece seca e fechada, aparentando estar totalmente sem vida por alguns meses. No entanto, basta algum contato com a umidade para a Rosa de Jericó estender suas folhas, espalhar suas sementes e retornar à vida, mostrando sua beleza.

No tocante ao retorno de Maria Firmina ao cenário literário mostrando a sua beleza, a escritora personaliza a própria Rosa-de-Jericó.

No entanto, esse desvelamento não aconteceu de forma tão serena no meio literário, a exemplo do que cita Arlete Nogueira da Cruz, no seu livro *Sal e Sol* (2006, p. 265) fundamentando-se no trabalho intelectual de Janilto Andrade, “A Nação das Dobras da Ficção”, explicita:

[...] Não fosse José Nascimento Morais Filho, o nosso Zé Morais, este contumaz andarilho de trilhas nunca antes percorridas, Maria Firmina dos Reis não teria vindo à luz. E quando ele a trouxe (no momento em que também a trazia o escritor paraibano Horácio Almeida), lembro bem, foram alvo de zombarias em São Luís: Zé Morais, Maria Firmina e o seu livro *Úrsula*; muitos considerando que era de pouca serventia aquele achado e exagerada a relevância que Zé Morais dava à sua descoberta. Pelos daqui, Maria Firmina dos Reis deveria permanecer onde se achava: no limbo. E a sua obra sob o tapete.

No limbo... Sob o tapete... Expressões que retratam não apenas rejeição, mas depreciação, o que não deixa de denotar alienação e falta de cortesia no trato com as pessoas e suas obras por parte de alguns outros intelectuais. (ADLER 2014, p.6).

Mas, antagonisticamente, outros maranhenses, a exemplo de Josué Montello, reconheceram a importância de Maria Firmina e a descoberta de Nascimento Morais Filho como registra em um artigo intitulado “A primeira Romancista Brasileira” e o publicou no *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1975, e na *Revista de Cultura Brasileira*. Madrid, Embajada de Brasil, 1976, junho. Nesse texto se refere a outro maranhense, Antônio de Oliveira, e enfatiza o trabalho de Nascimento Morais Filho:

[...] o primeiro falando em voz baixa como é do seu gosto e feitio e o segundo, falando alto ruidosamente, com uma garganta privilegiada, graças à qual, sem esforço, pode fazer-se ouvir no Largo do Carmo, em São Luís, à hora em que se cruzam os automóveis, misturando a estridência das suas buzinas e de seus canos de descarga ao sussurro do vento nas árvores da praça.

Desta vez, ao que parece, Nascimento Morais Filho ergueu tão alto a voz retumbante que o país inteiro o escutou, na sua pregação em favor de Maria Firmina dos Reis.

Há quase dois anos, ao encontrar-me com ele na calçada do velho prédio da Faculdade de Direito, na Capital maranhense, vi-o às voltas com originais da escritora. Andava a recompor-lhe o destino recatado, revolvendo manuscritos, consultando jornais antigos, esmiuçando almanaques e catálogos como a querer imitar Ulisses, que reanimava as sombras com uma gota de sangue.

E a verdade é que, no dia de hoje Maria Firmina dos Reis de pretexto a estudos e discursos, e conquista, seu pequeno espaço na história do romance brasileiro – com um nome, uma obra, e a glória de ter sido pioneira. (MONTELLO apud ADLER 2017, p. 68).

Isso posto, me refiro a Nascimento de Morais Filho: como um Sankofa, pássaro africano, principalmente por ter-se dedicado incansavelmente, para dar novo significado à Maria Firmina dos Reis como mulher, professora e como escritora, dando a ela o lugar que lhe era e é devido na literatura maranhense e brasileira.

Sankofa é um dos ideogramas utilizados pelo sistema de escrita Adinkra, que compunha as várias formas de expressão escrita existentes na antiga África. Adinkra é o nome de um conjunto de símbolos ideográficos dos povos Akan ou Acã, grupo linguístico da África Ocidental, que povoa a região que hoje abrange parte de Gana e da Costa do Marfim. Sankofa, um adinkra dentre os mais conhecidos, significa a sabedoria de aprender com o passado para construir o presente e o futuro.

O conceito de Sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer) origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan ou Acã da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Ele representa os conceitos de autoidentidade e redefinição.

Como um símbolo Adinkra, Sankofa pode ser representado como um pássaro mítico que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando no seu bico um ovo, o futuro. Também se apresenta como um desenho similar ao coração ocidental.

Assim, Nascimento de Morais Filho é um Sankofa, um Sankofa maranhense, quando retornou ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro sobre o real significado de Maria Firmina dos Reis como mulher, como professora e como escritora, dando a ela o lugar que lhe é devido na literatura maranhense e brasileira, como já referido.

Estas analogias trazem à baila ocorrências arbitrárias de cancelamento, mas, antagonistamente, a possibilidade de validação ou (re)validação, conforme o caso, tanto na história, de um modo geral, como na historiografia literária maranhense e brasileira.

Apesar do silenciamento da expressão, principalmente o da fala feminina, muitas mulheres conseguiram burlar essa tentativa de invisibilidade, e, mesmo tendo sido excluídas do cânone literário, deixaram marcas inapagáveis que nas últimas décadas, como já referido, progressivamente, vêm sendo recuperadas.

Desse modo, torna-se premente a existência de muitos pássaros sankofas para que mais Rosas-de-Jericó possam verdejar, a exemplo de Nascimento Morais Filho (pássaro Sankofa) e Firmina (A Rosa-de-Jericó).

É inegável que desde as últimas décadas do século passado, quantitativo razoável de pesquisadores agregou-se à missão de consolidar a ressignificação de Maria Firmina na historiografia maranhense e brasileira, levada a termo por Nascimento Morais Filho, o Pássaro Sankofa Maranhense.

Faz-se ainda pertinente trazer a esta apresentação um pouco da biografia de Firmina. Esta ilustre maranhense é a primeira romancista brasileira e nasceu em São Luís do Maranhão/Brasil, no dia 11 de março de 1822, no Bairro de São Pantaleão (nas imediações da Igreja de São Pantaleão).

Filha de Leonor Felippa, mulata forra que foi escrava do Comendador Caetano José Teixeira. Foram Padrinhos o Tenente de Milícias João Nogueira de Souza e Nossa Senhora dos Remédios e João Pedro Esteves muito pouco é dito sobre ele.

Embora tenha nascido em São Luís, viveu grande parte da sua vida em Guimarães, onde produziu também a maioria das suas obras.

Maria Firmina, ao publicar o romance *Úrsula*, materializou um *ato extremo de coragem e ousadia* por efetivá-lo vinte e nove (29) anos antes da libertação dos escravos (1859 - 1888), ou seja, a Lei Áurea, oficialmente Lei Imperial n.º 3.353, foi sancionada em 13 de maio de 1888, e se firma como o diploma legal que extinguiu a [escravidão no Brasil](#).

Maria Firmina viveu 95 pródigos anos, vindo a falecer em 11 de novembro de 1917, na cidade de Guimarães no Maranhão e desses anos que viveu neste plano físico, conviveu 66 anos com a escravidão.

O conjunto da sua obra é de notável reconhecimento e bastante significativa, tanto em quantidade quanto em variedade de gêneros literários e vertentes das artes: romances, crônicas, contos, poesias, composições (letra e música), enigmas, epígrafes, folclores entre outras.

Desde 2013, ano da fundação da Academia Ludovicense de Letras-ALL, em São Luís do Maranhão, e igualmente do Instituto Geográfico de Guimarães, em Guimarães/Maranhão, ambos Casa de Maria Firmina dos Reis, essa missão tem sido incorporada às finalidades das Casas.

A ALL busca ocupar todos os espaços culturais locais, nacionais e internacionais, objetivando desenvolver e difundir a cultura e a literatura ludovicense, a defesa das tradições do Maranhão e, particularmente, de São Luís, também levando o nome de Maria Firmina dos Reis como missão precípua.

Para finalizar esta minha homenagem à Maria Firmina dos Reis e a Nascimento Morais Filho um pouco da minha poesia:

CANTOS À BEIRA-MAR

À Maria Firmina dos Reis

Dilercy Adler

Teus Cantos à beira-mar
afogam com veemência
as dores
 os dissabores
que maculam toda a existência
daqueles que apenas sonham
com a igualdade e coerência
em um mundo de fato melhor!...

ah! os teus Cantos à beira-mar
levam todo e qualquer anseio
que a brisa vinda do mar
litoraneamente embala
e acalenta em seu seio...

e os teus poemas me dizem:
cuida!
entoa hinos em banzeiros
que a vida lenta a passar
se apressa como um agouro
bem-vindo de augúrio sem par
que existe quando se pensa

que nada mais vale a pena...
a pena de festejar!...

resiste!...
afoga as tuas mágoas
nas crivas e cavas mais altas
das longínquas vagas do mar!...
e se ainda puderes
sonha poemas e louva comigo
mistérios e amores contidos
e canta-os todos
à beira-mar!...

SANKOFA

A Nascimento Morais Filho
Dilercy Adler

Ó pássaro bendito!
nos ensina a enxergar além do visível que aparece
ensina ainda à nossa alma pecadora
curvar o corpo e postar as mãos em prece!

é preciso ver o passado com os teus olhos
sem o espelho que inverte a imagem
só o exato do real que se esconde
por trás do espelho com suas nobres vestes
-nobres vestes que serão despidas-
nos vários tons que nelas se entrecruzam
ver por fim
a inteira tradução do mundo
em verdades nuas!
em verdades cruas!...

com alma aberta e olhos pro passado
será possível o enxergar inteiro
sem o escuso escudo
- então despido! -
poder por fim
ressignificá-lo!...

com um presente com perspectivas de futuro
que diga a palavra sem sentença equivocada
que puna o erro e eleve a verdade
além de interesses e mediocridades
por fim assim prevaleça o bendito
o verdadeiro fato
a veracidade
nesta nossa frágil e gloriosa humanidade!!

ó pássaro africano
venha a nós!...

REFERÊNCIAS

ADLER, Dilercy Aragão. *ELOGIO À PATRONA MARIA FIRMINA DOS REIS: Ontem, uma maranhense: hoje, uma missão de amor*. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2014.

ADLER, Dilercy Aragão. *MARIA FIRMINA DOS REIS: uma missão de amor*. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017.

CRUZ, Arlete Nogueira da. *Sal e Sol*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

MORAIS FILHO, José Nascimento. *MARIA FIRMINA FRAGMENTOS DE UMA VIDA*. São Luiz: COCSN, 1975.

<https://pt.aleteia.org/2016/02/17/cultura-crista-voce-conhece-a-exotica-rosa-de-gerico-e-sua-lenda/>>

Acessado em: 24 de setembro de 2021.

PALAVRAS DO DIRETOR

EDMILSON SANCHES, diretor

**ARTIGOS
DOS
NOSSOS
SÓCIOS**

JOAQUIM HAICKEL

SURPRESAS E CONSTATAÇÕES

De um modo geral, o resultado da eleição para deputados e senadores, surpreendeu pela derrota de alguns bons e fortes candidatos tidos como eleitos, e por outro lado, com o resultado do pleito para presidente e governadores, tivemos a comprovação da má fé dos institutos de pesquisa, que em nosso país funcionam na verdade como institutos de propaganda.

No Maranhão, a derrota de deputados estaduais, como Cesar Pires, Helena Duailibe, Marco Aurélio, Adriano Sarney, Fábio Braga e Zé Inácio, entre outros, e de deputados federais como Hildo Rocha e Edilázio Junior, causaram surpresa e tristeza, pois isso não era cogitado e faz com que o Maranhão perca alguns de seus melhores representantes legislativos.

Em compensação tivemos surpresas agradáveis, como a eleição de dois outros bons parlamentares, Pedro Lucas e Juscelino Filho, quando se pensava que apenas um deles se elegeria, e de Aloísio Mendes, cuja reeleição era incerta por estar em um partido com pouca densidade eleitoral.

No quadro nacional, o caso mais gritante é o erro grosseiro das pesquisas no Mato Grosso do Sul que não trazia o candidato mais votado ao governo do estado como possível postulante a disputa do segundo turno, isso para não falar que todas os institutos tidos como sérios indicavam que Lula venceria a eleição no primeiro turno e Bolsonaro em nenhum destes institutos passava de 36%, ficando atrás de Lula por mais de 15 pontos percentuais. Um verdadeiro absurdo.

Há ainda uma coisa que precisa ser dita. Em minha opinião ficou claro que não há fraude em nosso sistema eleitoral, mesmo que haja claramente aparelhamento do nosso sistema judiciário no que diz respeito às decisões tomadas por juízes e ministros ligados às eleições.

A eleição é o momento máximo da consumação da democracia e ela deve ocorrer em total normalidade jurídica. Se existem algumas coisas erradas em nosso sistema eleitoral, uma delas é a legislação em si, que permite que ocorram injustiças infames, como o fato de um candidato com uma quantidade maior de votos que outros não se eleja, como foi o caso do deputado Hildo Rocha, e a clara parcialidade dos juízes em suas decisões.

No segundo turno, o resultado das eleições estaduais e da eleição para presidente da república dirá que país nós teremos nos próximos anos, mas uma coisa é certa, qualquer que seja o resultado, nosso país estará definitivamente dividido e dilacerado, e algo urgente deve ser feito para minorar esse grave efeito colateral causado por essa cisão.

ELGES LIMA

06 . OUT . 19h

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA
as múltiplas perspectivas



**EUGES
LIMA**
IHGM

**THOMAS
DE TOLEDO**
USP

**GABRIELLA
LAZZAROTTO**
UFRGS

A Independência do Brasil foi um complexo processo que resultou na autonomia política do país. Nesta live, traremos as perspectivas de diferentes regiões do Brasil. Thomas de Toledo (USP) analisará a perspectiva do Sudeste. Gabriella Lazzarotto (UFRGS) trará as informações sobre o Sul. Euges Lima (IHGM/UEMA) apresentará a visão do Nordeste e Norte.



PLATAFORMA
FAROL DE ALEXANDRIA
HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA



MUSEU DE
ARQUEOLOGIA
E ETNOLOGIA



ELIZABETH SOUSA ABRANTES

A INDEPENDÊNCIA NO MARANHÃO: o feriado de 28 de julho entre lembranças e esquecimentos

1

A incorporação da província do Maranhão ao Império do Brasil ocorreu em 28 de julho de 1823, após uma guerra civil que envolveu milhares de sertanejos, mobilizou diferentes segmentos sociais, com destaque para a participação das classes populares, envolvendo homens livres e escravos, brancos, caboclos, negros e pardos. O propósito deste trabalho é refletir sobre a construção da tradição do dia 28 de julho como a data da “Adesão” do Maranhão à Independência, seus usos e apropriações, bem como as comemorações e esquecimentos ao longo desses dois séculos.

As lutas pela independência política do Brasil mostram que esse processo de ruptura política com Portugal não foi pacífico e nem amistoso como parece à primeira vista simbolizado no Grito do Ipiranga. Os livros didáticos dão pouca ênfase às guerras de independência que ocorreram durante quase um ano, especialmente no norte, e envolveram diferentes grupos sociais com diferentes perspectivas e interesses, a exemplo dos chamados “homens de cor”, livres, libertos ou escravos, que imaginaram que a independência traria melhoria para sua condição social.

A luta pela independência no Maranhão partiu do sertão em direção à capital São Luís, e contou com a participação de tropas vindas do Piauí e Ceará, as quais adentraram pelo interior da província formando junto com adeptos da causa da independência no Maranhão o chamado “Exército Libertador”. Essas tropas denominadas de independentes ou independentistas protagonizaram muitas vitórias nos embates travados com as forças oficiais que se mantinham fiéis à Coroa Portuguesa, gerando medo na capital São Luís.

A rendição oficial do governo provincial, representado pela Junta Governativa, deu-se com a chegada ao Porto de São Luís do navio comandado pelo almirante britânico Lorde Cochrane, enviado pelo imperador D. Pedro I. A cidade de São Luís já estava sitiada e na iminência de capitular, pois o “exército libertador” já havia conseguido a rendição das tropas portuguesas em Itapecuru e estava próximo de adentrar na Ilha.

O ato que oficializou a rendição do governo provincial e sua incorporação ao novo corpo político ocorreu em 28 de julho de 1823, com a Proclamação da Independência em uma cerimônia reservada no Palácio dos Leões, sem a presença do Lorde Cochrane, sem grandes cerimônias ou comoção popular.

O historiador Marcelo Cheche, um dos maiores especialistas no tema da independência no Maranhão, explica que: “Foi uma cerimônia discreta. Seis tripulantes do navio se juntaram a 91 cidadãos, entre eles os membros da Junta de Governo e da Câmara e outras autoridades, que, discretamente, saudaram a ‘Adesão ao Império Brasílico, e Governo do Imperador, o Senhor Dom Pedro Primeiro’. Do lado de fora do Palácio havia poucas pessoas. A independência foi registrada com um simples repicar dos sinos, uma salva de tiros e o reconhecimento da ‘Bandeira Brasílica’ ”.

Esse caráter discreto e pouco efusivo da cerimônia de incorporação ao império foi destacado pelo primeiro historiador da independência, Luís Antônio Vieira da Silva, que a descreve da seguinte maneira: “No dia designado, 28 de julho, procedeu-se à proclamação da Independência, dando-se começo ao ato às 11 horas da manhã, o qual terminou depois do meio-dia, seguindo-se as salvas de estilo. À noite, iluminou-se toda a cidade. O Lorde não veio à terra, nem assistiu ao ato, pretextando moléstia” (1972, p. 178).

¹ Professora Doutora do Departamento de História, da Universidade Estadual do Maranhão. Sócia Efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, ocupando a cadeira nº 24, patroneada por Antônio Ennes de Sousa.

O Bispo Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré, então presidente da Junta Governativa Provisória da província do Maranhão, e que fazia oposição e resistência à Independência do Brasil, em “obstinada fidelidade” ao governo da metrópole portuguesa, relatou que o 28 de julho foi a data aprovada pelo Lorde Cochrane para se proclamar a Independência e que tudo “ se executou sem a menor alteração no sossego público ” (Vieira da Silva, 1972, p. 136 Documentos apensos).

A cerimônia de Proclamação da independência, e incorporação ao Império do Brasil, não contou com a participação popular, sendo um ato administrativo, sem grandes pompas ou festividade. Após esse ato oficial se seguiram as manifestações de reconhecimento da autoridade do novo imperador com o juramento à Independência e expulsão daqueles que se recusavam a fazê-lo.

A data de 28 de julho, marco oficial da Adesão do Maranhão ao Império do Brasil, ainda hoje é pouco conhecida e lembrada pelos maranhenses. Ao longo desses 198 anos a data de 28 de julho tem oscilado entre lembranças e esquecimentos, com diferentes apropriações e manifestações de entusiasmo.

Ao longo do século XIX, as festividades em comemoração a essa data foram principalmente de iniciativas particulares, a exemplo de sociedades artísticas, agremiações e dos estudantes do Liceu Maranhense, com realizações de cortejos cívicos, procissões religiosas, encenações teatrais, concertos. As comemorações oficiais não ocorriam com regularidade, havendo momentos inclusive em que as autoridades públicas figuravam como convidados nas comemorações, ou o poder público subvencionava algumas festividades.

No primeiro ano após a adesão do Maranhão à Independência, em 1824, não houve registro de comemoração à data, a qual foi encoberta pelas manifestações de juramento à Constituição do Império. Em 1825, a data de 28 de julho não foi incorporada nas comemorações, as quais foram organizadas a partir de outubro, após a chegada da notícia do Reconhecimento de Portugal à Independência, visando muito mais a aclamação do Imperador. A oficialização do reconhecimento lusitano ocorreu com o Tratado de Paz e Aliança, de 29 de agosto de 1825, em que exigia que o governo brasileiro pagasse uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas para que Portugal aceitasse a independência do Brasil. E assim, as comemorações da independência no Maranhão ocorrerão depois desse reconhecimento oficial.

No jornal *O Amigo do Homem*, de 25 de julho de 1825, há uma breve nota alusiva à recordação da Independência como a justa causa do império do Brasil e do Magnânimo Imperador D. Pedro I, seu Defensor perpétuo, ao anunciar uma peça teatral (elogio dramático) seguida de uma comédia sobre “Os perigos da má educação”, encenadas no Teatro União.

Especialmente nos primeiros anos após a independência, quando o país ainda vivia o processo de construção da nova ordem política, com a consolidação do Estado Nacional, marcado por guerras civis, a data era lembrada em notas dos jornais que exaltavam a figura do Imperador, como o maior responsável pela independência do país.

Em 1831, após a abdicação do Imperador D. Pedro I, o Jornal *O Farol Maranhense*, do redator José Cândido de Moraes e Silva, faz uma leitura mais entusiástica da data de 28 de julho, com um tom antilusitano, embora reconhecendo o papel do D. Pedro I, exaltava a data como dia da libertação da província do jugo português. O 28 de julho deixava de ser um mero coadjuvante do 7 de setembro, tornando-se símbolo de luta do povo maranhense pela liberdade. Na edição de 28 de julho de 1831, considera a data como um “dia verdadeiramente majestoso para todos os amigos da Pátria, da Independência e liberdade! “.

Neste ano de 1831 houve uma grande solenidade para comemorar a data. Segundo Gabriela Melo, em seu trabalho monográfico intitulado “28 de Julho: a invenção e reinvenção de uma tradição ao longo dos séculos XIX e XX” (2004), essa foi a maior festa realizada até então. A comemoração contou com o apoio e entusiasmo do redator do Farol, que não só festejou nas ruas como registrou esse acontecimento em seu jornal.

O dia 28 de julho, aniversário do proclame da independência foi este ano festejado pelos maranhenses com maior solenidade. No dia 27 à noite um grupo com mais de duas mil pessoas m percorreu pelas ruas da cidade, acompanhado das duas músicas do Regimento de Milícias e do Batalhão de Caçadores n. 23: parando em algumas partes, depois do toque do

hino nacional, os patriotas maranhenses entoavam vivas à INDEPENDÊNCIA, à CONSTITUIÇÃO, à ASSEMBLEIA GERAL, à REGÊNCIA, ao IMPERADOR BRASILEIRO, à LIBERDADE de todas nações, ao Presidente! Estes vivas eram repetidos com entusiasmo pelas Autoridades primárias da província, quando defronte de suas moradas nos achávamos (O farol Maranhense, 29 de julho de 1831).

Neste ano de 1831 houve a congratulação da Igreja, com um solene *Te Deum* na catedral, também registrado pelo jornal *O Farol Maranhense*: “No dia 28, às 10 horas da manhã celebrou-se na catedral um solene Te Deum a que assistiram as primeiras autoridades e muito povo” (O Farol Maranhense, 29.07.1831, p. 1).

Segundo o historiador Marcelo Cheche (2011, p. 117), “Somente em 1835 a data tornou-se feriado provincial, não havendo maiores indícios de sua comemoração até então”. E segundo Melo (2004), nos anos subsequentes à festa de 1831 as comemorações permaneceram vivas, mas não com o mesmo regozijo, contando principalmente com o *Te Deum*, como promoção oficial do governo.

Ainda no século XIX, os jornais e documentos oficiais do governo registraram algumas dessas comemorações. Na década de 1850 os jornais registraram a presença dos estudantes do Liceu Maranhense, além das comemorações no teatro e na igreja, e um novo fenômeno, a realização de paradas militares. O jornal *O Progresso*, de 29 de julho de 1851, registrou:

Ontem 28 de julho do corrente, houve de manhã parada, à que concorreu uma maior porção de tropa, do que de costume, e a noite uma brilhante iluminação em frente do edifício em que trabalha o Liceu do Maranhão, preparada pelos jovens que frequentam o estabelecimento. Também apresentaram ali uma mesa de abundante refresco. Pela noite adiante a banda de música, que desde o anoitecer, tocava ao lado da iluminação, percorreu as principais ruas da cidade em passeata, ouvindo-se de vez em quando vivas análogas à ocasião.

Essa presença de militares nas comemorações da efeméride também foi destaque nos jornais da década de 1870. A sociedade Dramática Recreio Militar deu um espetáculo no dia 27 de julho de 1875 e um baile no Clube União, em benefício à Santa Casa de Misericórdia, em um contexto de entusiasmo pela ascensão social e política do exército conquistada após a vitória na guerra do Paraguai (Melo, 2004, p. 22).

Na década de 1880, o destaque foi para o uso dessa efeméride como símbolo para a luta abolicionista. Essa data que representava a liberdade dos maranhenses do jugo português passou a ser utilizada pelos abolicionistas como símbolo da luta pela libertação dos escravizados. O jornal *Diário do Maranhão*, de 27 de julho de 1887, registrou a sessão magna em prol da data de 28 de julho, promovida no Liceu Maranhense pelos estudantes, com a presença do presidente da província. Na Câmara Municipal, os integrantes do Clube Artístico Abolicionista fizeram uma solenidade com a distribuição de cartas de alforrias e discursos em defesa da abolição da escravidão.

Já na vigência do regime republicano, os primeiros anos foram de pouco entusiasmo com a data. O jornal *A Pacotilha*, de 28 de julho de 1891, comentou a indiferença pública em relação à data, que perdia o brilhantismo dos anos anteriores, tornando-se somente uma data de calendário. Entre as razões da diminuição dos festejos populares, segundo o periódico, estava a morte dos veteranos que participaram das lutas pela independência e dos seus contemporâneos, fazendo com que aos poucos desaparecessem “aqueles que tinham como dever filial solenizar a memória de seus maiores”.

Além disso, havia a questão da crise política no período que se seguiu à Proclamação da República e a crise econômica da província, também apontadas como causas dessa apatia em relação ao 28 de julho. As comemorações na década de 1890 ficaram mais a cargo dos estudantes do Liceu Maranhense, com programação que incluía desfiles pelas ruas da cidade.

Nas primeiras décadas do século XX a data foi perdendo investimento nas comemorações públicas, ocorrendo muitas cerimônias em espaços privados como clubes, com realização de saraus, comemorações feitas por intelectuais e autoridades políticas, assim como atos oficiais no Palácio do Governo.

Os intelectuais, denominados de novos atenienses, como Antônio Lobo e Fran Paxeco, procuraram incentivar as comemorações do 28 de julho e homenagear personalidades desse contexto histórico do processo de independência e construção da nova ordem política imperial. Em 1902, a Oficina dos Novos comemorou a data festiva com uma solenidade no salão nobre da Câmara Municipal, seguida de um almoço no Hotel Central da cidade e um espetáculo no Teatro (Pacotilha, 29.08.1902).

Eram comemorações mais fechadas, de iniciativa dos intelectuais e da classe empresarial, a exemplo do apoio da Associação Comercial, em que o Estado se apresentava mais como convidado.

Na segunda década do século XX, em razão da aproximação do centenário da adesão do Maranhão à independência, o estado tomou para si a responsabilidade de promotor das comemorações. O jornal *Diário do Maranhão*, de 28 de julho de 1911 anunciou a programação com desfile na Avenida Maranhense, atual avenida D. Pedro II, com discurso do governador Luiz Domingues.

Na década de 1920 ficaram conhecidas as festas anuais comemorativas promovidas pelo senador Fernando Mendes de Almeida no Rio de Janeiro, em que reunia membros da alta sociedade maranhense e autoridades públicas como senadores, deputados, ministros, embaixadores, comandantes militares.

Por ocasião do centenário da Adesão à Independência do Brasil, no ano de 1923, a data mereceu um destaque na imprensa e contou com uma vasta programação oficial. Houve desfile militar, exposições, festas com homenagem aos “heróis” da independência, até mesmo de personagem histórico como Manuel Beckman, do século XVII, elevado à categoria de precursor e mártir da Independência.

Nos anos seguintes, tanto nos jornais como nas críticas de intelectuais feitas em discursos por ocasião da data comemorativa, destacava-se a falta de entusiasmo nas comemorações do dia 28 de julho, o qual embora tratado como “grande data histórica”, não era ainda um feriado com amparo legal.

Segundo Gabriela Melo (2004), na década de 1930, as festividades procuraram resgatar o processo de adesão do Maranhão à Independência, e intelectuais que participaram da Revolução de 30, como Reis Perdigão, procuraram exaltar a participação dos sertanejos, o mérito da população local, evocando “as figuras heroicas dos maranhenses que, numa luta porfiada e sangrenta, abatendo, pelo sertão bravio, reduto, a resistência portuguesa, incorporaram a nossa terra ao movimento vitorioso da emancipação nacional” (Diário da Tarde, 28.9.1932).

Por fim, é importante também destacar alguns usos dessa data, como por ocasião dos períodos ditatoriais, seja do Estado Novo (1937-1945) ou da Ditadura civil-militar (1964-1985), em que a comemoração oficial do dia 28 de julho foi utilizada para fazer apologia ao governo, tanto em cerimônias privadas como públicas.

No Estado Novo, no governo do interventor Paulo Ramos no Maranhão, as comemorações promovidas se destinavam a fortalecer os ideais do regime junto às camadas populares. Nas décadas de 1950 e 1960 instituições como o Rotary Lions e Lojas Maçônicas comemoravam a data com palestras e outras programações, mas geralmente de maneira privada, muitas das vezes no Hotel Central.

Na década de 1970, no contexto da Ditadura Militar, por ocasião do sesquicentenário da Adesão do Maranhão à independência, houve um revigoramento dessas comemorações. Em 1972 foi publicada a segunda obra dedicada totalmente ao tema da independência, do historiador Mário Martins Meireles, intitulada *História da Independência no Maranhão*, e reeditada a obra de Luís Antônio Vieira da Silva, *História da Independência da Província do Maranhão*. Era o período da ditadura militar, instaurada pelo golpe de 1964, e o ensino de história se pautava em uma Educação Moral e Cívica, de exaltação de heróis nacionais. As comemorações da independência foram utilizadas para reforçar os valores cívicos preconizados pelo regime autoritário em vigor no Brasil.

Em 1973, a comemoração pelos 150 anos da adesão do Maranhão à independência contou com a presença do presidente da república Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), a convite do governador do

Estado Pedro Neiva de Santana (1971-1975). Os anos seguintes seguiram sem grandes entusiasmos pela comemoração da data.

A oficialização como feriado estadual em comemoração a Adesão do Maranhão à Independência do Brasil se deu com a Lei nº 2.457/1964, no governo de Newton Bello (1961-1966). Mais recentemente a Lei nº 10.520/2016, deu nova redação à lei anterior, considerando o dia 28 de julho “data magna do estado”, como prevê a Constituição Federal para a criação de feriado estadual.

Atualmente, próximo ao bicentenário da Adesão do Maranhão à Independência do Brasil, a data de 28 de julho ainda tem passado despercebida do grande público, apesar do feriado, e precisa ser conhecida dos maranhenses. Muitas comemorações estão sendo pensadas e/ou planejadas, especialmente por instituições acadêmicas e culturais, como as universidades e o IHGM, com publicações e diferentes eventos, os quais, esperamos, alcancem a sociedade maranhense de uma maneira geral.

Referências

MELO, Gabriela. “**28 de Julho: a invenção e reinvenção de uma tradição ao longo dos séculos XIX e XX**”. Graduação (Curso de História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2004.

GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir”, “jurar” e “aclamar”: O Império no Maranhão (1823-1826). **Almanack**, Guarulhos, n. 01, p. 105-118, 1º semestre 2011.

VIEIRA DA SILVA, Luís Antônio. **História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972 (Documentos Apensos).

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. 3.ed São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

ARTIGOS

HISTÓRIA

GEOGRAFIA

CIÊNCIAS AFINS

DO/NO MARANHÃO

WANDA CRISTINA DA CUNHA E SILVA

A PROSA GEOGRAFICAMENTE HUMANA NO HORIZONTE DA POESIA

RESUMO - O presente artigo visa a fazer uma análise teórico-literária do livro intitulado “Os mapas sinalizam ilhas submersas”, do poeta maranhense Franck Santos, observando a ideia do espaço íntimo, da fenomenologia da imaginação poética, trazida à baila por Bachelard e a ideia de ilha, preestabelecida na obra de “A Ilha deserta e outros textos”, de Gilles Deleuze. Este artigo também põe em debate o aspecto interdisciplinar da literatura, quando propõe uma análise do espaço poético dentro de uma visão geográfica e à luz da psicanálise. A proposta também é permitir a contemplação da Literatura do Maranhão, a partir de um olhar sob um poeta maranhense contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE - Poética do Espaço, Gaston Bachelard; Ilha deserta e outros texto, Gilles Deleuze; Literatura maranhense; Teoria Literária; Poesia; Filosofia; Geografia. Desterritorialização.

01 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como proposta fazer um estudo literário sobre o livro de poesias “Os mapas sinalizam ilhas submersas”, do autor maranhense Franck Santos. Trata-se de uma obra lançada pela Editora Penalux, Guaratinguetá, São Paulo, publicada em 2018, qualificada como prosa poética, com 122 páginas. A obra se divide em duas partes: Terra e Água, e vai ser analisada dentro de um diálogo entre a literatura e a filosofia, tendo como norte o pensamento de Deleuze, em sua obra “A Ilha deserta e outros textos”; a “Poética do Espaço”, de Gaston Bachelard; o “Espaço literário”, de Maurice Blanchot e “O demônio da Teoria”, de Antoine Compagnon.

Escolheu-se fazer a análise do citado livro de poesia, para evidenciar quão importante tem sido o estudo da filosofia, alinhada à geografia, para a linguagem literária, ao mesmo tempo em que demonstra como os escritores maranhenses da atualidade têm evidenciado a importância das paisagens e espaços dentro do seu fazer poético.

A abordagem dos filósofos aqui selecionados dar-se-á pela noção com que esses autores desenvolveram suas teses voltadas para o espaço-geográfico e o espaço-literário.

Por meio da obra de Deleuze, estudar-se-á a “Ilha deserta”, na qual a proposta do objeto é uma forma de recriação do mundo, a partir de situações provisórias de confinamento que a própria ilha oferece. Dentro desse contexto de imagem, observa-se-á o diálogo entre a literatura e a filosofia, em que também se descobre a dupla face etimológica da palavra Semiologia que, concomitantemente, é um ramo da medicina que cuida dos sintomas das doenças e a ciência geral que tem como objeto os sistemas de signos. Assim, trabalhar-se-á a filosofia deleuziana dentro do que ela se propõe, como um sistema “clínico” que perscruta os “sintomas” poéticos dentro do funcionamento da máquina do pensamento e da linguagem. Analisar-se-á, portanto, a tendência da poesia de Franck Santos dentro desse confinamento a que a ilha remete.

Em contrapartida, a “Poética do Espaço”, de Gaston Bachelard contribuirá para a determinação de um estudo fenomenológico das imagens poéticas, uma vez que o filósofo cuida da análise dos espaços íntimos, trabalhando a relação afetiva e psicoemocional, de modo a reconstituir a subjetividade das imagens e medir a sua amplitude. Do pensamento bachelardeano serão extraídos conceitos relevantes para este estudo literário, mormente por trazer, no primeiro capítulo de sua obra, conceitos básicos do espaço da casa; do

porão ao sótão; de cabana; conceitos esses que se iniciam dentro de contexto subjetivo a que ele denominou de microcosmo, para relacionar-se dentro do contexto universal (macrocosmo). Usando, metodologicamente, o pensamento de Bachelard para análise da obra de Franck Santos, analisar-se-ão também novos espaços microcômicos levantados na “Poética do Espaço”, como as gavetas, armários, cofres nos quais se guardam a memória, bem como o ninho, a concha que suscitam a ideia de proteção e amor, bem observados na poesia de Franck Santos.

Em relação à obra “O espaço literário”, de Maurice Blanchot, tem-se que ela contribuirá com este artigo, dados os conceitos trazidos à baila, como o de linguagem atinente à organicidade do mundo que o filósofo denominou de “palavra bruta”, linguagem do cotidiano, da comunicação diária, para contrapor-se à linguagem como palavra essencial, ou seja, a palavra literária; a primeira (bruta) não lapidada; a segunda (literária) como apresentação do próprio espaço discursivo, reportando-se a uma literatura que se refere a si mesma.

Usar-se, também, como complemento de recursos metodológicos, a obra “O demônio da Teoria”, de Antoine Compagnon, para confronto daquilo que o autor chamou de “contraste entre teoria e senso comum”, observando as flexibilidades que transitam entre as correntes voltadas para a literariedade, a intenção do autor, a representação, a recepção, além de estilo, história e valor.

02 DESENVOLVIMENTO

Atualmente, tem sido comum usar-se a interdisciplinaridade para abordar aspectos interessantes dos fenômenos literários. A literatura tem sido alvo daquilo que os teóricos chamam hoje de geografia literária, abordando, por vezes, a questão dos espaços poéticos, como bem observado na obra de Gaston Bachelard. É ele quem esclarece, de forma filosófica, o problema da imagem poética, ao conceituar a fenomenologia da imaginação: “Esta seria um estudo do fenômeno da imagem poética no momento em que ela emerge na consciência como um produto direto do coração da alma, do ser do homem tomado na atualidade” (BACHALARD, 1978, p. 184).

A leitura do livro “**Os mapas sinalizam ilhas submersas**”, do poeta maranhense Franck Santos, por seu turno, acabou contemplando a possibilidade de uma análise dentro dessa proposta bachalardeana, já que a obra produz esse diálogo com o coração, com alma, o ser do homem.

Ademais, as ilhas submersas, a que Franck Santos se refere, também sinalizam o mapa de viagem das “Causas e razões das Ilhas desertas”, de Deleuze. Foi imediata a necessidade de encontrar, no filósofo, um sinal que levasse aos mapas do poeta, ou de criar uma nova relação entre a filosofia e a literatura. Buscou-se, pois, uma luz, no texto deulezeano, com a qual se pudessem clarear as ideias rasas e nebulosas para chegar às ilhas submersas. Não é todo dia que a poesia chega aos nossos olhos e alma com uma cara nova, de uma contemporaneidade que viaja a outros continentes por meio do mar.

Deleuze explica que os geógrafos têm consciência dos dois tipos de ilhas, as continentais e as oceânicas: estas, originais, criadas de erupções submarinas; aquelas nascidas de uma ruptura, separadas que ficaram do continente. Ele complementa: “Separação e recriação não se excluem” (DELEUZE, 2004, p. 06). Na existência de dois tipos de ilhas, há uma oposição entre o oceano e a terra, observando que o mar está sobre a terra, e que a terra está sob o mar. Assim, a existência das ilhas reitera a oposição existente entre a terra e o mar. Deleuze (2004, p. 06) explica:

As ilhas continentais são ilhas acidentais, ilhas derivadas: estão separadas de um continente, nasceram de uma desarticulação, de uma erosão, de uma fratura, sobrevivem pela absorção daquilo que as retinha. As ilhas oceânicas são ilhas originárias, essenciais: ora são constituídas de corais, apresentando-nos um verdadeiro organismo, ora surgem de erupções submarinas, trazendo ao ar livre um movimento vindo de baixo; algumas emergem lentamente, outras também desaparecem e retornam sem que haja tempo para anexá-las.

“Os mapas sinalizam ilhas submersas” é um livro dividido em duas partes: TERRA e ÁGUA, elementos que se digladiam, criando essa oposição entre textos literários que sinalizam poesias reveladas em poemas em prosas, ora mimetizadas em narrativas curtas, que lembram crônicas e pequenos contos, e que atendem pelo nome de prosa poética, mas que são, na verdade, vozes do eu poético, que não impõem gêneros ao que está escrito e a quem o escreveu, porque é a existência de um ser continental e oceânico que se separa e se recria na concepção de um fazer literário.

Na primeira parte do livro (Terra), Vórtice faz-nos vislumbrar o desejo moribundo do eu lírico de inundar-se do outro, sob pontos de silêncio e solidão, na tentativa desgovernada de um encontro de paz em vez dos abismos costumeiros que levam à predação da relação a dois. Santos (2018, p. 19) se projeta entre o espaço geográfico e o poético:

Quis umas tardes com você para caber no mar, quando os portos não tivessem navios, mas pontos de silêncio e solidão.

Um as tardes que nos levassem para onde o vento soprasse, como um vórtice.
Um móbile. Pipas.

Ademais, as TARDES (p. 21) são recorrentes: “Quero chegar também ao mar... (...) ... são essas tardes que espero cartas... Eu queria ser dessas pessoas que não se incomoda com adeus.” A relação entre o eu lírico e o ser amado é de desencontros. A distância entre o amado e o amante se estabelece por meio de esperas de cartas, telefonemas e e-mails e o adeus que incomoda. Apesar das despedidas e solidão, a tarde é o ponto de encontro de andorinhas (Ainda resta o colorido de um jardim), pássaros que voam (Na tarde pós-tempestade); amantes existencialistas e seus infernos (Nós dois); e do azul (Colisão).

A segunda parte do livro, Água, inicia um processo de desterritorialização simbólica oriunda das demandas afetivas do eu e do outro. O narrador poético necessita de novos espaços, quando seu território intrínseco sofre alterações, as quais o levam à (re) construção de viagens.

Ambos os autores, Deleuze e Bachelard, trabalharam a noção de desterritorialização dentro de suas obras, observando as noções de continuidade e descontinuidade, no sentido de que avaliassem o conceito da filosofia a partir de um contexto geográfico, colocando espaços como terra, casa e arte numa condição de paisagens capazes de dar novos rumos para a decifração do pensamento.

Em *Abrigo*, Santos (2018, p. 70), transfere suas emoções para um espaço-tempo em que casa e tarde dividem o mesmo território na alma do poeta:

Na tarde derretida, a tristeza prossegue, mesmo escutando gatos, cachorros, pássaros, homens e outros bichos, na casa quase vazia, quero uma solidão sem paredes, por isso, um guarda-chuva guardado numa tarde de chuva é um crime, mesmo que esta tarde dure anos.

A noção de desterritorialização defendida por Bachelard (1978, p. 201) coloca o tempo como elemento necessário para a dinamização da casa na sua ligação com o devaneio:

Nosso objetivo está claro agora: é necessário mostrar que a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. Nessa integração, o princípio que faz a ligação é o devaneio. O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes, dinamismos que frequentemente intervêm, às vezes se opondo, às vezes estimulando-se um ao outro. A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano.

Para Deleuze (2004, p. 6), o homem só poderá viver bem quando não mais existe o combate entre a terra e o mar:

O homem só pode viver bem, e em segurança, ao supor findo (pelo menos dominado) o combate vivo entre a terra e o mar. Ele quer chamar esses dois elementos de pai e mãe [12], distribuindo os sexos à medida do seu devaneio. Em parte, ele deve persuadir-se de que não existe combate desse gênero; em parte, deve fazer de conta que esse combate já não ocorre. De um modo ou de outro, a existência das ilhas é a negação de um tal ponto de vista, de um tal esforço e de uma tal convicção.

O que se observa, na poesia de Santos, é a busca de identidade que ele estabelece com a tristeza, perscrutando seus devaneios dentre de um espaço a que Bachelard chamou de casa, mas que, dentro da proposta de Deleuze, estende-se na mensuração de uma tarde derretida/líquida a que Deleuze denominou de mar, servindo de metonímia à água no plano poético.

Santos (2018, p. 65) trabalha esse processo de desterritorialização também em *Do Oriente que há em nós*:

Apesar dos saquês
Dos jogos de Yu-gi-oh aos sábados
Dos mangás das cerejeiras em flor
Do Oriente eu há em você.
Apesar do futebol aos domingos
Das caipiranhas
Das feijoadas
Das novelas diárias
Do Ocidente que há em mim.
Apear de sermos parques de diversões, não quero mais esse amor kamikaze,
Somos brincadeiras arriscadadas.
Meu corpo ataques suicidas, seus sentimentos um pêndulo aos 360°.(2018)

Ao contrapor o Ocidente com o Oriente, o poeta embarca no devaneio de uma relação suicida, porque misturando costumes e culturas, em um permanente exercício de viagens e transportes. Em contrapartida, o que se observa em *Sobre laços e nós* (Santos, 2018, p. 84) é o encontro daqueles que estão distantes, a criar os seus laços a partir das viagens oníricas ventiladas pela própria imagística poética:

Nas madrugadas, derretemos satélites,
Como nossos telefones interurbanos.
Conta-me do Texas. Lembro-me de Paris, Texas.
Imagino-o como o personagem do filme, vagando pelo deserto,
Em busca de sua identidade perdida.

Em “Naquela Tarde” (p. 63/64), há recortes de leituras, existências e lugares, que sugerem a imagem da solidão extraída do passado. Esses recortes remetem às gavetas, às lembranças, da mesma forma que traduzem um certo recolhimento como símbolo de refúgio:

...Fez-se um silêncio que você não foi capaz de romper, por isso, na tarde daquele dia, mostrei meu braço recém tatuado, falei de Paris com seus cafés e dos amores que deixei em repouso. (...) Daquela longínqua tarde que tinha uma rainha, um atlas, Patti Smith e Sylvia Plath, restou uma sensação de quase escuro, mas continuo anotando frases nas agendas e como um argonauta ainda fabrico minhas conchas. (SANTOS, 2018).

Os versos do poeta remetem a uma sensação de solidão, de ausência do ser amado, os quais também denunciam a tristeza por meio da expressão “sensação de quase escuro”, o que vai se consolidar na fabricação das conchas. Bachelard, em *A Poética do Espaço* (p. 277/278), confirma este estado d’alma:

Sabemos perfeitamente que é preciso estar só para habitar uma concha. Vivendo a imagem, sabemos que admitimos a solidão. Morar só, grande sonho ! A imagem mais inerte, a mais fisicamente absurda, como esta de viver na concha, pode servir de origem a tal sonho. (1978).

A obra de Santos (2018) é colorida de um azul que encharca a poesia, o mar que nela habita, a própria tarde, os pássaros... O azul, com seu semblante frio, imaterial, associado ao mundo dos sonhos, é a cor protagonista, no onirismo que mistura corpos dos amantes com terra e água, enquanto as outras cores, como o vermelho de batons, assumem papéis secundários. Nesse exercício de azul, o discurso poético decifra uma paisagem que, simultaneamente, é literária e geográfica, mas que só se realiza na atitude existencial dos amantes. Os mapas vão servindo de instrumentos de orientação e localização no âmbito geográfico, enquanto no contexto literário, os mapas de Franck Santos são a poesia com a qual ele traduz a busca de todo um universo paisagístico interior.

Esse fenômeno de interiorização transita entre o eu-que-sonha e o eu-que-existe para chegar à *Ilha submersa* (2018, p. 85) “Na noite, um grito, que não coube em mim. / âncora, suas mãos/ Asas, sua voz, me acalmam..”

O poeta consulta seus segredos ao mergulhar no horizonte híbrido do amor que se desvela em seu Tarô (p. 78): “Que importa a paisagem geográfica se a paisagem humana estiver ao nosso lado?”

Poesia e prosa se fundem em busca de um horizonte geograficamente humano. Os Voos (p.110) é uma peça literária à parte, de valor encantador. Os Escombros (p.111) é uma descrição do abandono, da solidão daquele que ficou no sentimento desértico de quem partiu. *Café da tarde* (p.108) é mais um encontro dos muitos desencontros. A relação de amor se mistura na *Água com Açúcar* (p. 90) e *Água e sal* (p.80). Açúcar e Sal são elementos dicotômicos de um convívio, diluídos que eles o foram pelas ausências, separação e distância.

Os mapas de Franck Santos também sinalizam um roteiro de viagem à teoria quântica, por meio da qual as esperas ecoam num *Universo Paralelo* (p. 55). É todo o tempo o amor sendo consumido e redimido pela distância, em busca do encontro definitivo: “estarei nessa cidade líquida de casarões em ruínas, águas, conchas, sal e sol. Estarei aqui, no meu universo não paralelo, esperando você”. A expressão “cidade líquida” sintetiza a metáfora da água: se a cidade é líquida é porque ela assume as várias formas das esperas: espera de ruínas, de sal, sol, conchas e de águas. Ou, ainda, a “cidade líquida” assume a ideia de fragmento, dispersão, tudo determinado pela incerteza permanente, sobre a qual se debruçou a teoria da modernidade líquida, de Zygmunt Bauman (2001), ao traduzir as relações modernas, inconstantes, cheias de mudanças e, por vezes, imprevisíveis. Tudo é a síntese do querer embalsamado na *Sessão da Tarde* (2018, P. 57), na qual o encontro é a interiorização recíproca de um no outro.

Para Deleuze e Guattari, quaisquer que sejam os gêneros artísticos (literatura, música, escultura, pintura), os artistas se expressam por meio das sensações. Para eles, a sensação remete a um devir, já que implica em um “tornar-se”:

O artista é mostrador de afectos, inventor de afectos, criador de afectos, em relação com os perceptos ou as visões que nos dá. Não é somente em sua obra que ele os cria, ele os dá para nós e nos faz transformar-nos com ele. (Deleuze; Guattari, 1992, p. 227 – 228).

Dentro dessa proposta, tem-se, na obra de Franck Santos, “Os Mapas Sinalizam Ilhas Submersas”, uma produção de sentidos em que autor e leitores agem por meio das sensações para o alcance de um vir a ser para tornar-se. Pode-se, pois, ficar o tempo que se quiser nas ilhas submersas e encher-se de novas poesias as poesias sinalizadas nos mapas. Todos podem. O importante é a transformação causada pela tradução das sensações. Afinal, todos têm suas ilhas, suas terras e mares; e, ainda que não estejam mapeados, traduzem-se nesses perceptos trazidos à baila pela poeta Franck Santos. Todos os leitores, certamente, afetados, mexidos, tocados. Todos prontos para se transformarem na máquina de produção de afetos... Os mapas sinalizam...

03 CONCLUSÃO

Assim, dentro desta pequena análise do livro de Franck Santos, observa-se quão grande é o fenômeno literário para a construção de sentidos. Esse tema recorrente da *ausência* na obra de Franck (grifo nosso), mesclada de lembranças e despedidas, também se incorpora à falta que esvazia a palavra, por conta da falta que há no mundo e nas coisas. Mas, como bem o disse Blanchot (2011, p. 50):

Todo escritor, todo artista conhece o momento em que é rejeitado e como que excluído pela obra em curso. Ela mantém-no à margem, está fechado o círculo em que ele não tem mais acesso a si mesmo, onde ele, entretanto, está encerrado, porque a obra, inacabada, não o solta.(...)

Uma obra está concluída, não quando o é, mas quando aquele que nela trabalha do lado de dentro pode igualmente terminá-la do lado de fora.

Franck Santos cria sua poesia dentro daquilo que Blanchot denominou de palavra performativa, porque ela se duplica, atuando de forma dúbia, afirmando-se e negando-se, pronta para ser interpretada, construída, desconstruída, reconstruída, mesmo depois de acabada, mesmo sem o autor.

Conforme acentua Compagnon (2010, p. 251), “o objetivo da teoria é, na verdade, desconsertar o senso comum”. Contudo, observado o universo das correntes literárias, tem-se um leque de caminhos a seguir para a decifração de uma obra literária, sempre à espera de novas interpretações e desconstruções. Mas é preciso abraçar o que se pode alcançar.

A teoria da literatura, como toda epistemologia, é uma escola de relativismo, não de pluralismo, pois não é possível deixar de escolher. Para estudar literatura, é indispensável tomar partido, decidir-se por um caminho, porque os métodos não se somam, e o ecletismo não leva a lutar algum. (COMPAGNON, 2010, p. 156)

Assim, abordaram-se aqui, para análise dos textos poéticos, duas visões filosóficas. Ademais, os filósofos sobre os quais foram levantados os pressupostos teóricos aqui expendidos (Bachelard e Deleuze) apresentam novas vias para a conciliação da relação entre transcendência e imanência dentro da filosofia, mormente no que tange às suas ideais voltadas para um equilíbrio ligado à terra, ou seja, aproximações observadas na perspectiva espacial e geofilosófica de ambos os autores. Essa contiguidade contribuiu consideravelmente para tornarem-se leves as análises aqui expostas. Ambos os autores trabalham conceitos que se estendem desde a filosofia do animal até a crítica da estruturalidade do mundo, abrindo espaço para a observação do fenômeno da casa e da paisagem, que também são imagens recorrentes na obra do poeta Santos.

O que se deixa aqui, como conclusão de um trabalho de teoria literária, é a certeza de que a poesia também propicia essa possibilidade de viajar na fenomenologia dos espaços, seja pela via “clínico-filosófica” das viagens submarinas em busca das ilhas submersas, seja pela via dos espaços mais terrenos, dentro das casas e gavetas, de onde se extraem as lembranças e amores passados; ou ainda dentro das

conchas, nas quais se protegem os sonhos e uma necessidade de solidão que, paradoxalmente, busca a companhia do outro, como a terra busca o mar, e o mar a terra, na incessante procura de sua completude. É a poesia do humano que se propaga em outro sistema: o geográfico; é a literatura e a geografia criando um só espaço para habitação; é a prosa que permite ser poesia para se transformar em prosa poética; é a prosa geograficamente humana no horizonte da poesia, com a qual Franck Santos presenteia o leitor.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. Tradução de Antônio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores)

BLANCHOT, Maurice, 1907-2003. O espaço literário/Maurice Blanchot; tradução Álvaro Cabral. – Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria: literatura e senso comum/Antoine Compagnon; tradução de Cleonice Paes Barreto Moura, Consuelo Fortes Santiago. 2. Ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DELEUZE, Gilles. A Ilha Deserta E Outros Textos: Textos e entrevistas (1953-1974). Edição preparada por David Lapoujade. Trad. Brasileira. São Paulo: Editora Iluminuras, 2004.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Felix. O que é a Filosofia? Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1992.

ERLINDA MARIA BITTENCOURT

HOMENAGEM AO HISTORIADOR CAXIENSE: CÉSAR AUGUSTO MARQUES: 196 ANOS DE SEU NASCIMENTO

Caxiense, médico, historiador, geógrafo, conterrâneo, para o orgulho maranhense e brasileiro foi o teu perfil;

Excelência na historiografia do Maranhão e Brasil te tornastes;

Sócio ativo e assíduo do IHGB e seu 3º Vice-presidente da instituição, fostes;

Augusto José Marques, boticário, português, eram: nome, profissão e nacionalidade de teu pai;

Realizastes enquanto médico, inúmeras pesquisas para a área da saúde e enquanto estudioso da história, total dedicação para a história da pátria;

Artes, colégio em Coimbra, em que prestastes exames preparatórios e em todos lograstes pleno êxito;

Uma filha, a baiana Eugênia Laura Evangelina Marques;

Gozastes de muitas e merecidas premiações por tua vasta produção acadêmica, pois desde cedo, em 1852, publicavas duas traduções do francês “provas de existência do outro mundo, fundadas sobre a natureza, história, filosofia e religião” e “Conquistas da Religião Cristã”;

Um cidadão poliglota, dominavas, além do português, espanhol, os idiomas francês e inglês;

Sábio, após o cansaço do vai e vem de muitas transferências e pouco tempo de permanência em várias províncias do norte, por força da condição militar, pedistes baixa da corporação, e fixando-se em São Luís-Maranhão, conciliastes com mais tranquilidade, a função de médico e o teu ofício de historiador;

Tivestes do segundo casamento, com Rita de Cássia Marques, outros dois filhos: Augusto José Marques e João Batista Augusto Marques;

O famoso dicionário Histórico-Geográfico teve sua segunda edição em 1970, em 2009 ganhou sua terceira edição, revista e ampliado pelo escritor Jomar Moraes (in memoriam) – ex-presidente da Academia Maranhense de Letras – AML.

Maria Feliciano Marques, era o nome de tua Mãe e Maria Joaquina Régis, tua primeira esposa. osa e companheira,

Almanaque Histórico de Lembranças Brasileiras (1861), foi tua primeira produção historiográfica, de uma série de três, sendo as duas outras (1862 e 1868);

Realizastes inúmeras obras, todas com afinco, determinação e cientificidade;

Quanta pesquisa densa, pioneira, importantes; quantos cargos exercidos com honra e rigores do momento;

Uma preciosidade para os historiadores foi o monumental Dicionário Histórico- Geográfico da Província do Maranhão (1870);

Emérito cidadão, um exemplo de amor e de respeito à terra natal, destes;

Seu imensurável e transcendental histórico da cidade de Caxias, do Maranhão e também do Brasil, resultam do legado de tuas pesquisas. Residindo posteriormente na capital do império, onde publicastes “A província do Maranhão, breve memória (1876).“Setenta e três anos já completados, te despedistes fisicamente de todos nós, pois em 5 de outubro de 1900, na casa de teu filho João Batista, no Rio de Janeiro dissestes o teu adeus, porém vives.

ACONTECEU...

ÁUREO MENDONÇA

RESGATE HISTÓRICO DA CIDADE DE VIANA

Resgate histórico da cidade de Viana

ÁUREO MENDONÇA

VIANA

PARTE

ADMINISTRATIVA

